

Paper do NAEA Volume 28

Sustentabilidade na gestão pública: ações socioambientais nas universidades federais da Região Amazônica

Keila Paiva da Silva¹

Mirleide Char Bahia²



RESUMO

Este artigo analisa a sustentabilidade na gestão pública, com foco na implementação das ações socioambientais nas Universidades Públicas Federais localizadas na Amazônia. O lócus da pesquisa são as Universidades Federais: UFPA; UFRA; UFAM e UFRR, onde se analisará que tipos de arranjos de governança pública estão sendo articulados entre os gestores e os atores da comunidade local. Emprega-se a abordagem interdisciplinar e utiliza-se a base teórica do Desenvolvimento Sustentável, da teoria Institucional e da Gestão Pública.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Gestão Pública. Ações Socioambientais. Instituição. Governança. Arranjos Institucionais. Universidades Federais.

1 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará – UFPA; especialista em Eco auditoria pela Universidade Federal do Pará - UFPA; mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará – UFPA; e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: keilaufpa@bol.com.br.

2 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

ABSTRACT

This article analyzes sustainability in public management, focusing on the implementation of social and environmental actions in the Federal Public Universities located in the Amazon. The locus of the research is the Federal Universities: UFPA; UFRA; UFAM and UFRR, where it will be analyzed what types of public governance arrangements are being articulated between the managers and the local community actors. The interdisciplinary approach is used, and it is based on the theoretical basis of Sustainable Development, Institutional Theory and Public Management.

Keywords: Sustainability. Public Administration. Social and Environmental Actions. Institution. Governance. Institutional Arrangements. Federal Universities.

INTRODUÇÃO

Os impactos das transformações econômicas, sociais, ambientais e políticas no mundo contemporâneo estão afetando e exigindo capacidade de resposta eficiente do Estado, às demandas da sociedade e, demandando uma nova governança das instituições e dos administradores públicos, quanto à sua gestão. Nesse sentido, às questões socioambientais ocupam um lugar relevante, visto que surgem como um dos problemas mais preocupantes para o mundo moderno, na medida em que o seu agravamento vem comprometendo a saúde e a sobrevivência do planeta. Assim, a sustentabilidade converte-se em um dos maiores desafios para as políticas públicas das nações, a qual diante de suas incertezas e incapacidades tem levado os países a investirem, atualmente, em iniciativas que promovam a prevenção e a conscientização do uso adequado dos recursos naturais (MATIAS-PEREIRA, 2018; VEIGA, 2015; LEFF, 2010; SACHS, 2008).

A transição para a sustentabilidade implica a necessidade de modificar o processo econômico, os modos de produção, os métodos tecnológicos, as práticas sociais e as formas culturais de apropriação da natureza, depende de mudanças mentais, institucionais e comportamentais que levem a sustentabilidade (LEFF, 2010). Segundo o autor, deve haver um equilíbrio entre os recursos naturais, econômicos, sociais e na mudança institucional.

Nesse sentido, segundo North (2018), as instituições existem para gerar ordem e reduzir a incerteza nas interações humanas, o autor, acredita que a mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e, por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica. Se as instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos, cabem a elas, articular novos arranjos institucionais, estimulando as nações e seus atores, a um desenvolvimento que atenda à preservação dos recursos naturais, o econômico e a garantia de oportunidades iguais para todos.

Nesse contexto, a governança pública procura direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades (BRASIL, 2017). Segundo Santos (2014), uma boa governança no setor público requer, entre outras ações, uma gestão estratégica, política, gestão da eficiência, da eficácia e da efetividade. Isto diz respeito à capacidade da administração pública de atender de forma efetiva e tempestiva as demandas ou carências da população que sejam politicamente aspiradas.

Para Matias-Pereira (2018), a sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas, bem como, a inserção das questões socioambientais nas políticas públicas. Segundo o autor, a gestão governamental carece de um modelo gerencial que busque a economia de recursos naturais e a redução do impacto ao meio ambiente, bem como, a diminuição no consumo de bens e produtos em suas atividades, vinculando a sua atuação ao interesse da sociedade. Uma vez que, a sustentabilidade, em sua visão, demanda políticas criativas preocupadas com o longo prazo, visto ser um processo contínuo.

Desta forma, torna-se cada vez mais presente a necessidade de uma gestão pública pautada na sustentabilidade, para o alcance dos objetivos sociais. A administração pública brasileira, em seu processo histórico, vem acompanhando, mesmo que de forma lenta e gradual, a tendência mundial. Seguindo um projeto voltado para a preservação de seus recursos naturais, o faz de forma legal, por meio da Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, ao qual se refere sobre o Meio Ambiente, ratificando os direitos e deveres do cidadão na

sustentabilidade do país. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Sensibilizar as pessoas comuns, os profissionais, os estudantes e o servidor público, na mudança de hábitos, de consumo, e na preservação dos recursos naturais, se torna um desafio para a gestão pública contemporânea. Nessa perspectiva, surgiram várias iniciativas para implementar as ações socioambientais nos órgãos, a exemplo da Coleta Seletiva Solidária, da Agenda Ambiental na Administração Pública, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, do Programa de Eficiência do Gasto Público, das Contratações Públicas Sustentáveis, do Projeto Esplanadas Sustentáveis, todos com caráter de adesão voluntária (BRASIL, 2014). E de forma compulsória (obrigatória), instituiu-se o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio da Instrução Normativa nº 10/2012, que contemplou a maioria desses programas de forma legal.

A construção da sustentabilidade tem como aliado principal as universidades, como centros de pesquisas, de produção de conhecimentos, de formação profissional e de difusão da cultura (LEFF, 2010). Nesse sentido, colocar as universidades a serviço da sustentabilidade, na sua visão, implica a necessidade de transformar suas estruturas institucionais; abrir os temas de estudo para a problemática socioambiental; modernizar seus quadros teóricos e os métodos de investigação norteados pelo saber socioambiental e orientá-los para a construção de um mundo sustentável.

Dentro deste contexto, as universidades são fundamentais na construção desse projeto sustentável, quer seja na preparação das novas gerações e na formação de profissionais mais críticos, com mudanças de conduta; quer seja na gestão administrativa, propondo ações preventivas e/ou amenizando os impactos socioambientais gerados pela mesma, visto que, se for considerada a sua estrutura, as universidades podem ser comparadas a pequenas cidades, pois possuem infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento e via de acesso (TAUCHEN; BRANDLI, 2006), bem como, geram lixo orgânicos e inorgânicos, resíduos sólidos, o descarte de equipamentos eletrônicos, entre outros.

Assim, como na Europa e na América Anglo-Saxônica, na América Latina as universidades brasileiras também iniciaram uma trajetória de tornarem sustentáveis seus espaços (campi) e, buscam contribuir de alguma forma para minimizar os gastos dos recursos naturais e econômicos. Dessa forma, mesmo com limitações de recursos públicos, devido à crise financeira que vive o país, algumas universidades públicas passaram a adotar políticas direcionadas para fomentar a sustentabilidade, incluindo as áreas ambientais, econômicas e sociais, seja por imposição legal ou não. Como exemplos têm-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Universidade Federal de Lavras (UFLA), suas ações socioambientais implementadas serão descritas no capítulo seguinte.

Para Meyer e Rowan (1977), os arranjos institucionais, como políticas formais de contratação, técnicas contábeis, orçamento e cargos ou funções associadas à equidade no emprego, adquiriram grande significado social nas organizações, sinalizando então para o comprometimento com padrões eficientes e racionais. Assim, a utilização do planejamento de ações eficientes a longo prazo, garantido por meio de recursos orçamentários, pode

caracterizar o esforço da administração pública em institucionalizar práticas sustentáveis, promovendo eficiência na gestão de recursos públicos, sob a forma de um arranjo institucional.

Dentro dessa perspectiva de preservar os recursos naturais, o governo brasileiro para atender os organismos internacionais, desenha uma política pública, cria os programas para as instituições adotarem, mas não monta uma estrutura (principalmente de recursos) para que os órgãos possam implementá-las. Diante dessa problemática este estudo questiona que tipos de arranjos institucionais de governança pública as Universidades Federais da Região Amazônica estão articulando para a implementação das ações socioambientais em seus campi? Emprega-se a abordagem interdisciplinar, pois se utiliza da base teórica do Desenvolvimento Sustentável, da teoria Institucional e da Gestão Pública.

Considera-se importante o estudo do tema proposto, por entender que é possível alcançar a sustentabilidade nas instituições em estudo, por meio de uma boa governança, onde a vida útil (existência) das universidades da Região Amazônica tenha continuidade e eficiência, tanto financeira (por meio da redução dos custos) quanto em preservação social e ambiental (implementações das ações socioambientais), servindo de exemplo à sociedade.

É importante salientar que esta pesquisa ainda está em processo de construção, sendo analisada a bibliografia já existente sobre o tema, na forma de artigos, trabalhos de pesquisa, periódicos, documentos oficiais e planos das universidades entre outros, a fim de permitir uma reflexão e análise sobre a contribuição desta nova forma de desenvolvimento e gestão sustentável.

SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

A agressão ao meio ambiente se intensificou após a Revolução Industrial do século XIX, pois a ideia de desenvolvimento global que a sociedade moderna ocidental compreendia, caminhava ao lado da ideia de progresso, que passou a estar diretamente associada à produção ilimitada de mercadorias. Já que, o que se tinha como qualidade de vida, nesta visão, estaria diretamente relacionada à satisfação material dos indivíduos (MANTOVANELI JR, 2015). A luz desse ideário, os países subdesenvolvidos incorporam o ônus da miséria e da submissão colonialista ao sistema econômico ou a estrutura de poder internacional dos últimos séculos (LEIS, 1995).

Segundo estudos de Sachs (2008), o Desenvolvimento Sustentável (DS) obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Para o autor, apenas as soluções que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de “Desenvolvimento”.

De acordo com Meadows et al. (1972), surgiu a definição de Desenvolvimento Sustentável para o enfrentamento da crise ambiental, havendo duas posições opostas que alimentaram este processo. A primeira, embasada na pesquisa realizada pelo Clube de Roma, a qual informa que para se chegarem à estabilidade econômica, ecológica e social, sugere-se o congelamento do crescimento da população mundial e do capital industrial, manifestando o real cenário dos recursos limitados, mostrando um intenso viés para o controle demográfico. E a segunda, está relacionada à crítica ambientalista, à forma de viver na contemporaneidade, consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização (VEIGA, 2015; LEFF, 2010; SACHS, 2008).

A Organização das Nações Unidas (ONU) na intenção de consolidar as diversas ideias sobre o desenvolvimento sustentável que atendesse aos defensores do meio ambiente e aos defensores do capitalismo criou, em 1983, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em seguida institucionalizou um conjunto de princípios, programas e acordos internacionais para enfrentar a deterioração socioambiental do planeta. Tendo início a partir do Relatório Brundtland (1987) e, mais tarde, na Conferência Rio-92; indicou também um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis: a Agenda 21; Obteve o comprometimento das nações em reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos, conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); em 2015, apresentou uma nova agenda de desenvolvimento sustentável - a Agenda 2030: Transformando Nosso Mundo -, na tentativa de se chegar a um acordo global sobre a mudança climática, baseado nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (VEIGA, 2015; LEFF, 2010; SACHS, 2008; ONU, 1987).

A gestão pública brasileira, na tentativa de avançar nas políticas socioambientais, bem como, atender aos acordos e recomendações das Conferências das Nações Unidas, relacionadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Humano, além da política de preservação ambiental em seu território, vem criando instrumentos de viabilização da política de sustentabilidade nas instituições públicas, por meio de programas e projetos para incentivar os seus órgãos no uso de práticas que estimulem a responsabilidade socioambiental no setor governamental. Como a maioria desses instrumentos são de adesão voluntária, apenas o Plano de Logística Sustentável (PLS) é obrigatório, (mas também não há uma penalidade mais rigorosa, se não for implantado), não há um recurso específico nos orçamentos das instituições para que esses programas possam ser colocados em prática, na maioria das vezes, são apenas criados para atender a legislação. Destacam-se alguns desses programas e projetos (BRASIL, 2014):

1. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Foi instituído em 30 de dezembro de 1985, pela Portaria Interministerial nº 1.877, para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e executado pela Eletrobrás. Este programa tem como meta contribuir para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia e, além disso, postergar os investimentos no setor elétrico, mitigando, assim, os impactos ambientais.

2. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Criada oficialmente em 2001. É um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que atualmente faz parte do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS). A Agenda ambiental objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A intenção da política era que se a agenda fosse adotada pelas instituições públicas, demonstraria a preocupação do órgão, em obter eficiência na atividade pública enquanto promoveria a preservação do meio ambiente, com isso à gestão pública protegeria a natureza e, em consequência, conseguiria reduzir seus gastos.

O Programa A3P se destina aos órgãos públicos em geral (Federal, Estadual e Municipal), apesar de ser de adesão voluntária pelos órgãos. Ela propõe seis eixos de direcionamento: uso dos recursos naturais; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; compras sustentáveis; construções sustentáveis; e gestão de resíduos sólidos.

3. Coleta Seletiva Solidária – CSS

A Coleta Seletiva Solidária foi criada pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), instituída a partir do Decreto Presidencial nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. A CSS é uma estratégia que busca a construção de uma cultura institucional para um novo modelo de gestão dos resíduos, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta (PLS-MP/SLTI, 2014), somada aos princípios e metas da Agenda Ambiental da Administração Pública Federal.

O projeto Coleta Seletiva Solidária, faz parte do eixo de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)², e prevê ações socioambientais voltadas para os catadores de materiais recicláveis, fazendo a inclusão social e econômica desses trabalhadores.

4. Contratações Públicas Sustentáveis – CPS

Em 2010, a Lei nº 12.349, alterou a Lei nº 8.666³, de 21 de junho de 1993, ao qual incluiu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios a serem garantidos na licitação. Dessa forma, os gestores públicos devem considerar variáveis de sustentabilidade em todas as etapas da contratação.

As Contratações Públicas Sustentáveis consideram os critérios ambientais, econômicos e sociais, em todos os estágios do processo de contratação, transformando o poder de compra do Estado em um instrumento de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social, é coordenado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP, que desenvolveu um sistema de compras e catálogo de bens e serviços e, informatizou todo o processo e desenvolveu modalidades executadas na forma eletrônica.

5. Plano de Logística Sustentável – PLS

Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, devendo, para tanto, discriminar objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos e metodologias de monitoramento e avaliação (BRASIL, 2012).

2 O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa.

3 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Conforme o art. 8º da Instrução Normativa nº 10 (PLS/MPOG/SLTI, 12/11/2012), as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas: I - material de consumo, compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; II - energia elétrica; III - água e esgoto; IV - coleta seletiva; V - qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e VII - deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012).

O Plano de Logística Sustentável vem consolidar de forma obrigatória todas as outras iniciativas de inserção de práticas sustentáveis na Administração Pública Federal, tais como: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Coleta Seletiva Solidária (CSS), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), entre outros, simplificando a implantação e o acompanhamento de um sistema integrado de informações da execução das ações socioambientais em seus órgãos (PLS-MP/SLTI, 2014).

SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

A sustentabilidade nas universidades segue duas frentes de conscientização: a primeira refere-se à transformação do conhecimento, a formação profissional e a cultura, por meio de novas propostas curriculares e programas de pesquisa que permitam a renovação do pensamento; e a segunda aborda sobre a responsabilidade institucional assumida pelas universidades, para reduzir os impactos ambientais da operação e funcionamento da atividade acadêmica, por meio de programas de economia de energia, reciclagem de materiais e preservação de seu entorno ecológico (LEFF, 2010).

Segundo Lozano et al. (2014), desde a década de 1970, as instituições de ensino superior vêm se engajando em esforços para melhor incorporar aspectos socioambientais e de desenvolvimento sustentável em seus sistemas, buscando abranger aspectos como: estrutura organizacional, educação, pesquisa, extensão e colaboração, vivência no campus, avaliação e relatórios, além das operações no campus, que dizem respeito às atividades que envolvem consumo de energia e água, emissão de gases de efeito estufa, geração de resíduos sólidos, compra de alimentos, transporte, entre outros.

A gestão pública brasileira, ao planejar políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental em seus órgãos, serve de exemplo para que outras instituições, a sociedade em geral, sigam o mesmo caminho de preservar os recursos naturais e o consumo consciente. Dentro desse contexto, todos os planos e programas de políticas socioambientais que o Governo Federal instituiu para seus órgãos (Coleta Seletiva; A3P; PLS, entre outros), contemplam as Universidades Federais, pois estas são instituições públicas (Autarquias), e devem ter como compromisso a promoção da sustentabilidade do seu órgão.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) implantou várias ações, entre elas, uma estação de tratamento de esgoto na cidade universitário do Rio de Janeiro, para tratamento

das águas residuárias⁴; inseriu também um sistema de ar condicionado movido à energia solar, aproveitando o teto de um dos estacionamentos da universidade para a implantação de painéis que captem a luz e o calor do sol para gerar energia; e, na área de mobilidade colocou em circulação um ônibus movido a hidrogênio, para atender a comunidade interna.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) criou um programa de arborização para monitorar e atuar sobre todos os aspectos que envolvem o sistema arbóreo existente no campus da capital, como: arborização, produção de mudas, coleta de sementes etc. Outro projeto relevante implementado foi o de gestão de resíduos: coleta, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos gerados na universidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também implantou várias ações que estão sendo implementadas em seus campi, a exemplo das construções imobiliárias que adotam critérios relacionados à construção sustentável; o processo de compras por meio do projeto intitulado “Inclusão de critérios ambientais nas compras e contratações da UFSC”; a reciclagem dos resíduos sólidos; assim como, o descarte correto de pilhas e baterias.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, implantou projetos referentes a estações de tratamento de água e de esgoto; ao tratamento de resíduos químicos; ao manejo de energia; a proteção de matas ciliares; e a política de mobilidade pedonal no campus sede, e aprovou o seu Plano Ambiental. A UFLA é uma das universidades brasileiras mais bem conceituada, em nível internacional, em relação às implantações das ações socioambientais, bem como, a economia de recursos públicos gerados por essas iniciativas⁵.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA

No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP (2017)⁶, existem 296 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, destas 109 são universidades Federais. A Região Amazônica tem em média 09 Universidades Públicas Federais. Por questões de logísticas, foram selecionadas como objeto desta pesquisa, apenas quatro Universidades Federais: uma no Estado do Amazonas (UFAM), outra no Estado de Roraima (UFRR) e duas no Estado do Pará (UFPA e UFRA).

As Universidades Federais, *lócus* desta pesquisa, possuem algumas características em comum: seus *campi* possuem florestas ainda nativas, com espécies raras da região, no que se refere a espécies vegetais e animais; as grandes extensões de áreas territoriais são outra característica em comum; o campus sede, de quase todas elas se encontra no meio urbano, nas cidades onde estão localizadas, evidenciando o grande verde em meio aos prédios e casas, e colaborando na melhoria do ar, na redução das ilhas de calor e ruídos. E sem mencionar a contribuição para o desenvolvimento da região através dos projetos, das pesquisas e da formação do capital intelectual para o mercado local e regional.

4 É toda a água descartada pelas atividades humana vulgarmente denominada como esgoto.

5 Avaliada desde 2014, como uma das mais sustentáveis do país, pelo ranking da UI GreenMetric World University Ranking (<http://greenmetric.ui.ac.id/criterion-indicator/>).

6 Censo da Educação Superior, 2017 (INEP).

O que se observou destas quatro universidades é que todas procuram atender à legislação específica sobre práticas socioambientais, haja vista, que instituíram seus Planos de Logística Sustentável (PLS) e estão tentando gradativamente implementá-los. No entanto, muitas ações não fazem parte do PLS, mas são inseridas nas universidades por meio de projetos dos docentes, em parceria com os discentes e comunidade externa. Os dados abaixo foram extraídos do Relatório de Estão (RG) apresentados como *accountability*⁷ pelas universidades ao Tribunal de Contas da União (TCU) ou dos Planos de Logísticas Sustentáveis, das mesmas.

Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio de pesquisa preliminar no Relatório de Gestão consolidado (2009-2017) constatou-se que esta implementou várias ações socioambientais em seu campus, por exemplo: criou um Centro de Ciências do Ambiente (CCA); em 2009, reconstituição do Comitê Gestor Ambiental; em 2010, cadastrou-se no Programa de Eficiência dos Gastos (PEG); outra ação está relacionada a construir edificações com maior número de pavimentos, reduzindo a destruição da cobertura vegetal e natural dos seus campi; e por meio do Projeto de Extensão Universitário (ECOLETA) efetua-se o recolhimento de óleo e gordura descartado dos restaurantes universitários para a produção de sabão; em 2011, foi concluída e colocada em funcionamento a Estação de Tratamento de Efluentes do Setor Norte (ETE/SN); em Janeiro de 2012, foi aprovada a Política Ambiental da UFAM; a Coleta Seletiva Solidária (CSS) para resíduos sólidos foi implantada em setembro de 2016, atendendo ao Decreto Federal nº 5.940/2006, no campus Manaus; e realizou também vários eventos em relação à temática Ambiente e Sustentabilidade.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) elaborou a primeira versão do Plano de Logística Sustentável em 2014 e, já está na segunda versão do plano com adaptações e/ou melhorias, visto que, nesta versão cada dimensão apresenta um projeto concreto, inclusive com orçamentos, do que se pretende implantar (Relatório de Gestão, 2017). Algumas iniciativas já foram implementadas, tais como: a Campanha Consumo Consciente de Energia na UFRA, em todos os seus seis Campi, como sugere o próprio nome, o objetivo da campanha, é conscientizar a comunidade acadêmica a respeito dos gastos desnecessários com energia elétrica; a revitalização das Trilhas Ecológicas para uso da comunidade: trilha da Samaumeira, trilha do Murutucum, e a trilha da Biofauna; Implantou a Campanha “Ufra: Quem Ama Cuida!”, a primeira campanha foi um mutirão de limpeza no campus Belém da UFRA, mobilizando toda a comunidade interna (professores, alunos, técnicos e gestores) com distribuição de copos reutilizáveis para os alunos.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) iniciou formalmente suas ações socioambientais, em 2009, com a implantação da Coleta Seletiva Solidária (CSS), em seu campus Belém, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006; elaborou o Plano de Logística Sustentável – PLS, desde 2013 (RG, 2017). Apesar de muitas ações ainda não terem sido implantadas pelo PLS, vários projetos já estão sendo colocados em práticas por alguns institutos, como é o caso do ITEC (Instituto de Tecnologia): Projeto de Captação de Água das Chuvas, desenvolvido por estudantes do ITEC, em parceria com as Faculdades de Engenharia Sanitária e Ambiental, este projeto abrange outros projetos/ação, por exemplo, a água captada será utilizada na manutenção da área do Espaço ITEC Cidadão, para regar as plantas do jardim, do bosque,

7 O termo *accountability* pode ser considerado “o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, garantindo-se maior transparência e exposição das políticas públicas” (MATIAS-PEREIRA, 2018, p. 83).

do pomar e para a limpeza do ambiente, esta é outra ação socioambiental promovida pelo instituto, ao qual possibilita a convivência entre os alunos da UFPA; a água da chuva também será utilizada nas ações do projeto Universidade da Terceira Idade (UNITERCI), nas oficinas de arranjos florais, promovendo a inserção da comunidade externa. As campanhas de conscientização socioambientais também são uma ferramenta muito utilizada pela UFPA, para mobilizar a comunidade, tais como: campanha para uso de copos e garrafas reutilizáveis; campanha para redução do consumo de energia; campanha contra a transmissão do vírus zika, dengue e chikungunya; campanha para preservação do patrimônio; campanha para redução de consumo de papel, entre outras.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) iniciou a implantação de suas ações socioambientais por meio do PLS, em 2013, a comunidade acadêmica inicialmente adotou a causa de uma universidade sustentável através de mudanças de atitudes e adoção de boas práticas. O plano está em sua segunda reformulação (2017-2020), e já tem seu primeiro relatório de monitoramento disponível no site da universidade. Ações implantadas, desde 2015: campanha para diminuição do consumo de copos descartáveis; monitoramento e controle do consumo de materiais pelas unidades, por meio da implementação sistema informatizado de gestão (SIPAC); adoção de critérios de sustentabilidade nas construções, projeto-piloto para o emprego de energia alternativa, substituição dos equipamentos antigos por modelos mais eficientes, além da readequação dos projetos elétricos e de distribuição de energia; em relação às fontes de energia alternativas, destaca-se também o projeto de instalação de postes sustentados por energia solar nos três campi da UFRR, que atualmente conta com 30 unidades em operação; no Plano de Qualidade de Vida, os principais resultados estão relacionados à oferta de novas modalidades de atividades físicas aos servidores e colaboradores terceirizados, com ampliação da academia da UFRR (PLS, 2017).

INSTITUIÇÕES E GOVERNANÇA PÚBLICA

Em um mundo de rápidas mudanças tecnológicas e de relações sociais e econômicas cada vez mais complexas, as instituições políticas (a sociedade civil e o Estado) também se modificam rapidamente, assumem novas formas, novos papéis e novas maneiras de se relacionarem entre si, produzindo uma nova governança democrática (BRESSER-PEREIRA, 2009). Este pensamento está alicerçado em North (1990) quando descreve que as instituições são uma criação dos seres humanos e são por eles alteradas à medida que evoluem.

Para Hodgson (2001, p. 101), o conceito de instituições é amplo, definindo-as como sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as relações sociais. Diferem de organizações, que são grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum em busca da consecução de determinados objetivos (NORTH, 1990). Compreendem órgãos políticos (partidos, o Senado, uma câmara de vereadores, uma agência reguladora), econômicos (empresas, sindicatos, fazendas, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacional).

Para North (1990), as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, são as restrições concebidas pelo homem, elas ditam aquilo que os indivíduos são proibidos (ou permite) fazer, ou seja, moldam a interação humana. Para o autor, a mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica. O enfoque principal refere-se ao desempenho da gestão

das organizações, na capacidade política de gerir, em sua evolução como agentes da mudança institucional, por meio dos arranjos de governança. Na visão de Frey (2015), arranjos de governança podem contribuir para reduzir externalidades negativas de políticas públicas, mas ao mesmo tempo, podem impulsionar externalidades positivas por meio da mobilização integrada das sustentabilidades econômica, social, ecológica e política.

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam as suas necessidades e respondam as suas demandas (ROSENAU, 2000, p. 15).

Existem vários debates na literatura sobre a diferença entre o termo governabilidade e governança, muito comum entre os autores contemporâneos que debatem sobre Estado e políticas públicas. Na visão da maioria, *governabilidade* está relacionada ao grau no qual o sistema político se institucionaliza, as condições do exercício de poder em determinada sociedade, como a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários etc. Por sua vez, *governança* refere-se à capacidade governativa, ação estatal de implantação de políticas públicas, em sentido mais amplo, decorre da capacidade financeira e administrativa do governo de realizar políticas (MATIAS-PEREIRA, 2010; DINIZ, 2001; ROSENAU, 2000).

Na visão de Schmitter (2002 *apud* FREY, 2015), a governança interativa ou participativa se semelha à forma mais adequada para lidar com problemas complexos, como por exemplo, a promoção do desenvolvimento sustentável ou de processos de inovação. Desta forma, para inserir as ações socioambientais nas instituições públicas, as gestões devem saber conduzir os arranjos institucionais de governança, entre os atores envolvidos na participação de determinada organização, multiplicando as ideias e práticas educativas relacionadas a um ambiente sustentável.

Nesse contexto, o modelo neoinstitucional tornou-se uma referência para o estudo das políticas públicas. Isso decorre da consistência da teoria neoinstitucional, na medida em que agrega no seu arcabouço fatores de grande relevância analítica, e de forte poder explicativo para a compreensão de processos de tomada de decisões públicas (MATIAS-PEREIRA, 2012C), visto que esta teoria inclui vários modelos que ressaltam a importância determinante das regras sociais para a integração social. Busca-se, então, na Teoria Institucional, o embasamento teórico para entender e explicar o comportamento das Universidades Federais brasileiras em relação à implementação das ações socioambientais em seus *campi*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade na gestão pública, abordada neste artigo, refere-se às universidades públicas federais, com ênfase na responsabilidade institucional, assumida, para reduzir os impactos ambientais da operação e funcionamento da atividade acadêmica, por meio de programas de economia de energia, reciclagem de materiais e preservação de seu entorno ecológico, bem como, a redução dos custos de manutenção em seus próprios órgãos, ou seja, a inserção das ações socioambientais como mecanismo da mudança institucional.

Neste contexto, muitas instituições de ensino superior, têm procurado incorporar práticas de desenvolvimento sustentável em suas atividades, por considerar ser promotoras de

sustentabilidade, devem ir além das três dimensões da sustentabilidade – econômica; social e ambiental – incluindo as dimensões das suas atividades fundamentais como: estrutura organizacional, educação, pesquisa, extensão e colaboração, avaliações e relatórios, sustentabilidade na vivência no campus e operações no campus (AMARAL, MARTINS e GOUVEIA, 2015).

O caminho para uma sociedade sustentável se fortalecerá, à medida que se desenvolvam práticas educativas (socioambientais), que contribuam na formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos, e se transforme em uma atitude reflexiva em torno da problemática ambiental (JACOBI, 2015). Isto implica em instituições eficientes para se multiplicarem ideias e práticas socioambientais que promovam a sustentabilidade.

No que se refere à inserção das ações socioambientais nas Universidades Públicas Federais, observa-se que elas obedecem à legislação, criam seus planos, suas agendas ambientais, e se esforçam para colocar em prática seus projetos. As universidades das regiões Sul e Sudestes já se encontram com projetos bem avançados em termos de sustentabilidade. Os arranjos institucionais estão bem mais consolidados nessas instituições. Quanto às universidades da Região Amazônica, observou-se que elas ainda estão em estágio inicial em relação à implantação da sustentabilidade em seus campi, a maioria dos projetos ainda se referem às campanhas de sensibilização sobre as ações socioambientais na rotina das universidades. Questiona-se como o governo desenha uma política pública, mas não monta uma estrutura, para implementá-las, não destina recursos específicos para tais ações? Apenas cria os programas para atender a agenda internacional.

Em relação aos tipos de arranjos institucionais de governança pública que as Universidades Federais localizadas na Região Amazônia estão articulando para a inserção das ações socioambientais em seus campi, ainda não se tem dados suficientes para responder este questionamento, pois como foi dito anteriormente, esta pesquisa está em andamento. Somente após a aplicação de entrevistas e/ou questionários sobre a percepção dos gestores das universidades sobre o tema, ter-se-á uma confirmação ou refutação para este estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Cibele. *Ranking GreenMetric: UFLA é a universidade mais sustentável da América Latina*. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2017. Disponível em: <http://www.ufla.br/ascom/2016/12/30/ranking-greenmetric-ufla-e-a-niversidademais-sustentavel-da-america-latina/>. Acesso em: 26 out. 2017.

AMARAL, Luís Pedro; MARTINS, Nelson; GOUVEIA, Joaquim Borges. Quest for a Sustainable University: a review. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 16, n. 2, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012*, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Planos de Gestão de Logística Sustentável: contratações públicas sustentáveis*/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP-SLTI, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Executiva. *Portal da Coleta Seletiva Solidária*. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br/>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. *Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P*, 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P.pdf>> Acesso: em 12/05/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.666*, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

DINIZ, E. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, nº 4, p. 13-22, 2001.

FREY, KLAUS. Articulações em rede para governança ambiental urbana. In: FILLIPHI JR, Arlindo (Coord.). *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Ed. Manole. Edição digital – 2015.

HOGDSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Dossiê Economia Institucional – Econômica*, v. 3, nº 1, p. 97-125, jun. 2001.

JACOBI, P. Roberto. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: FILLIPHI JR, Arlindo (Coord.). *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Ed. Manole. Edição digital – 2015.

LEFF, Enrique. *Discursos Sustentáveis/ Enrique Leff*; tradução de Silvana Cobucci leite – São Paulo: Cortez, 2010.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E.J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania; desafios para as ciências sociais*. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995, p.15-44.

LOZANO, R. et al. A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. *Journal of Cleaner Production*, v. 108, p. 1-18, 2014.

MATIAS PEREIRA, José. *Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. – 5. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

MATIAS PEREIRA, José. *Curso de Planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais*. São Paulo: Atlas, 2012c.

MANTOVANELI JR, Oklinger. A sustentabilidade como projeto para a cidadania planetária. In: FILLIPHI JR, Arlindo (Coord.). *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Ed. Manole. Edição digital – 2015.

MEADOWS, D.H. et al. *The limits to Growth*. United States: Universe Books, 1972.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *The American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

NORTH, Douglas C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*; tradução Alexandre Morales. – São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, Douglas C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Trad. Esp: *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995).

ONU. *Organização das Nações Unidas*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> Acesso em: jan 1987.

PEREIRA, Luís. C. Bresser. *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Tradução: Maria Cristina Godoy. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 11- 46, 2000.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. *Introdução à gestão pública*. – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

SCHMITTER, P.C. Participacion in governance arrangements: Is there any reason to expect it will achieve “sustainable and innovative policies in a mulilevel contexto”? In: GROTE, J.R. & GPIKPI, B. (Eds.). *Participatory governance. Political and societal implications*. Opladen: Leske + Budrich, 2002, p. 51-69.

TAUCHEN, Joel A; BRANDLI, Luciana L. *A gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário*. Revista Gestão & Produção, Passo Fundo, v.13, n.3, p.503-515. set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11> . Acesso em: 05 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. PROPLAN. *RELATÓRIO DE GESTÃO 2009-2017*. Disponível em < <https://www.proplan.ufam.edu.br/index.php/relatoriodegestao> >. Acesso em: 02 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROPLAN. *RELATÓRIO DE GESTÃO. 2017*. Disponível em < <http://proplan.ufpa.br> >. Acesso em: 05 de mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. DPLAN. *PLANO DE LOGISTICA SUSTENTAVEL. RELATÓRIO DE MONITORAMENTO, 2017*. Disponível em <<http://proplan.ufrb.br/index.php/100-relatorio-monitoramento-pls-2017> >. Acesso em: 05 de mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. PROPLADI. *RELATÓRIO DE GESTÃO, 2017*. Disponível em < <https://novo.ufra.edu.br/> >. Acesso em: 03 de fev. 2019.

VEIGA, José Eli da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015 (1ª edição).